



Eixo 6 – O mundo digital: apropriação e desafios

Modalidade: Trabalho completo

Biblioteca Digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: um projeto em desenvolvimento

Digital library of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brazil): a project in development

Fernando de Jesus Pereira – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Ozane D’Anille Medeiros de Moraes – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Elton Mártires Pinto – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Mirele Carolina Souza Ferreira Costa – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Milton Shintaku – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de desenvolvimento do projeto da Biblioteca Digital no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja implantação é fundamentada no software DSpace 7. O referencial teórico aborda os conceitos de biblioteca digital, repositório digital institucional e planejamento de bibliotecas digitais. Na seção de metodologia, são apresentados o andamento do projeto e algumas reflexões pertinentes.

Palavras-chave: Projeto de pesquisa. Biblioteca Digital. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). DSpace.

Abstract: This work aims to report the experience of developing the Digital Library project at the National Historical and Artistic Heritage Institute, whose implementation is based on the DSpace 7 software. The theoretical framework presents concepts of digital library, institutional digital repository and library planning digital. The methodology indicates the progress of the project and some considerations.

Keywords: Research project. Digital library. Institute of National Historical and Artistic Heritage (Brazil). DSpace.

1 INTRODUÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura, que possui atuação administrativa em todo

o território nacional, com a missão de promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania e o reconhecimento, a valorização e a difusão da diversidade cultural (Iphan, 2023).

Na estrutura organizacional da Instituição, encontra-se o Centro de Documentação do Patrimônio (CDP), responsável, entre suas atribuições, por propor uma política institucional de gestão documental. Essa competência inclui o apoio e orientação às demais unidades do Iphan na formulação e gestão da informação institucional, além de articular a rede de serviços de arquivos e bibliotecas das unidades descentralizadas, com o objetivo de promover a gestão integrada das fontes de informação institucional e do patrimônio cultural (Iphan, 2023, art. 151, p. 47).

Dessa maneira, no contexto do patrimônio cultural e do patrimônio cultural brasileiro, o Instituto pode ser considerado uma fonte de informação. Isso se alinha às definições de Campello e Campos (1988, 1993) e Dias e Pires (2005), que afirmam que as organizações, enquanto fontes de informação, são entidades ou instituições compostas por um conjunto organizado de pessoas que trabalham em conjunto para atingir objetivos específicos. Essas organizações desenvolvem, armazenam e disseminam informações, seja por meio dos indivíduos que nelas atuam ou pelos documentos gerados.

Contudo, as tecnologias da informação e comunicação (TIC) têm transformado a maneira como as organizações produzem, armazenam e divulgam suas informações, impulsionando a busca por tecnologias que permitam o gerenciamento e a disponibilização eficaz desses dados. Nesse contexto, Roza (2020) discute o papel das TICs na sociedade contemporânea, destacando que essas tecnologias desempenham uma função essencial, especialmente como componentes dos sistemas de informação, ao viabilizarem o tratamento, a organização e a disseminação de informações em formato digital.

Dito isso, é importante mencionar que o governo brasileiro tem implementado ações direcionadas à transformação digital, como a iniciativa do Governo Digital, uma abordagem de gestão voltada para modernizar as organizações públicas por meio do uso de tecnologias digitais. O principal objetivo dessa estratégia é gerar valor público para a sociedade, melhorando os processos internos, a prestação de serviços públicos e a formulação de políticas públicas (Brasil, 2023).

Devido a essas transformações, foi criado o Portal Gov.br, que centraliza, em um único local, todas as informações e serviços do Poder Executivo Federal. Esse portal segue a diretriz de que todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional devem se adequar às suas regras (Brasil, 2021). Assim, diversas entidades iniciaram o processo de migração para o portal. No entanto, nem todo o conteúdo disponibilizado nos portais é gerenciado ou publicado de forma adequada.

No caso da migração do portal do Iphan, houve uma preocupação específica com as publicações em formato digital disponibilizadas no portal, o que favoreceu diálogos com a Coordenação de Tecnologias para Informação (Cotec), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Essas conversas resultaram na formulação de um projeto de pesquisa, cujo objeto é o estudo para a implementação de uma Biblioteca Digital no Iphan. As metas estabelecidas para o projeto incluem: (i) o levantamento do contexto da pesquisa, (ii) a criação de um modelo de Biblioteca Digital para o Iphan, e (iii) a disseminação dos resultados da pesquisa.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência no desenvolvimento da Biblioteca Digital do Iphan, que está sendo implementada com o uso do DSpace 7, um software livre de aplicação web voltado para a construção de repositórios digitais de acesso aberto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), por meio da Resolução CFB nº 240, de 30 de junho de 2021, define biblioteca digital como “coleções de recursos bibliográficos e informacionais disponíveis para acesso local ou remoto em qualquer mecanismo por meio eletrônico, destinada à consulta, à pesquisa e ao estudo” (CFB, 2021, art. 2, p. 195). Além da definição de biblioteca digital e dos tipos de coleções, a referida resolução também estabelece os serviços a serem desenvolvidos e/ou oferecidos, bem como os parâmetros a serem adotados.

Antes da Resolução do CFB, outras definições de biblioteca digital também podem ser mencionadas, como a de Tammaro e Salarelli (2008, p. 119), que citam a definição apresentada no *Workshop on Distributed Knowledge Work Environments*, em

1997, como sendo “[...] um ambiente que reúne coleções, serviços e pessoas para apoiar todo o ciclo vital de criação, disseminação, uso e preservação de dados, informação e conhecimento”. Outra definição relevante é a da *Digital Library Federation* (1998 *apud* Tammaro; Salarelli, 2008, p. 120), que também contribui para a compreensão do conceito,

[...] são organizações que fornecem os recursos, inclusive o pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e garantir a permanência no tempo de coleções de obras digitais, de modo que estejam acessíveis, pronta e economicamente, para serem usadas por uma comunidade determinada ou por um conjunto de comunidades.

Ademais, Borgman (2003 *apud* Tammaro; Salarelli, 2008, p. 123) apresenta que as bibliotecas digitais desempenham um papel significativo na sociedade. As comunidades acadêmicas e profissionais investigam a ampliação e melhoria das tecnologias de recuperação da informação, incluindo a estrutura dos objetos digitais e os metadados, além do contexto social em que o usuário está inserido, suas necessidades e comportamentos de pesquisa reais.

Contudo, o CFB inclui na categoria de coleções de recursos bibliográficos e informacionais os repositórios digitais, incluindo os institucionais. Para definir repositórios digitais, Leite (2009, p. 19) apresenta três tipos, a saber:

- **Repositórios institucionais:** voltados à produção intelectual de uma instituição;
- **Repositórios temáticos ou disciplinares:** voltados a comunidades científicas específicas, tratando-se da produção intelectual de uma área do conhecimento específico; e
- **Repositórios de teses e dissertações:** voltados exclusivamente com teses e dissertações.

Quando se trata de repositórios institucionais, algumas propriedades são indicadas por Crow (2002 *apud* LEITE, 2009), sendo Institucionalmente definidos; científicos ou academicamente orientados; cumulativos e permanentes; abertos e interoperáveis; conteúdo em texto completo e em formato digital para serem disseminados; e com foco na comunidade.

Embora o repositório digital possa ser considerado um tipo de biblioteca digital, ele se distingue por ter delimitações mais específicas, como a institucionalização, a temática e a comunidade a que serve. Freire, Martins e Teixeira (2023) discutem a

crecente relevância dos repositórios digitais abertos e o papel essencial da curadoria digital. Com a evolução dos acervos digitais, as instituições enfrentam um desafio crescente para atender às necessidades dos usuários. A curadoria digital, portanto, surge como uma tendência fundamental na gestão da informação de acervos digitais. Este fenômeno requer uma interação mais intensa entre profissionais de diversas áreas, incluindo informática, pesquisa, história, biblioteconomia, arquivologia, museologia e outras, para garantir a eficácia e a relevância dos repositórios digitais.

No desenvolvimento das bibliotecas digitais, Sayão (2008) destaca vários aspectos cruciais. Lagoze e seus colaboradores (2005) caracterizavam o período como a “adolescência das bibliotecas digitais”, sugerindo que essas bibliotecas estavam em um estágio inicial de evolução e ainda estavam se consolidando como uma ideia em movimento. Esperava-se que, com o avanço dos serviços de informação baseados em redes de computadores, as bibliotecas digitais estabelecessem uma estrutura abrangente de intermediação entre recursos informacionais e suas comunidades de usuários. No entanto, diversos desafios surgiam, incluindo: a arquitetura para bibliotecas digitais, o desenvolvimento de coleções digitais, a criação e utilização de metadados, a interoperabilidade entre sistemas, a interface e usabilidade dos sistemas, a descoberta de recursos, a preservação digital e a gestão de direitos autorais (Sayão, 2008). Esses desafios continuam a moldar o desenvolvimento e a eficácia das bibliotecas digitais no cenário atual.

Embora muitos dos desafios enfrentados pelas bibliotecas digitais, como arquitetura, metadados e usabilidade, tenham sido amplamente resolvidos com o avanço das TICs, questões relacionadas a direitos autorais, preservação e curadoria ainda permanecem como dilemas significativos na disseminação da informação. Um exemplo notável é o caso da Biblioteca Digital Paulo Freire, onde Santos e Brennan (2015) relatam desafios na disponibilização de documentos em ambiente online.

No contexto da Biblioteca Digital do Iphan, foram considerados vários aspectos antes da criação do modelo de biblioteca digital. Entre esses aspectos, destaca-se o uso do software DSpace 7, que permitiu à equipe da Cotec explorar as novas funcionalidades do sistema. Também foi realizado um levantamento da tipologia documental, reconhecendo o potencial das bibliotecas digitais para disseminar informações, especialmente em instituições especializadas em patrimônio cultural.

Esse processo está alinhado com a observação de Campello (1982) sobre a importância de materiais não convencionais, como relatórios técnicos, teses e dissertações, normas técnicas e patentes, que exigem a função fundamental dos bibliotecários na formação e manutenção dessas coleções.

O DSpace é um software desenvolvido inicialmente para atender às necessidades da biblioteca do Massachusetts Institute of Technology (MIT) em compartilhar sua produção científica. O projeto, iniciado em 2000 em colaboração com os laboratórios Hewlett-Packard (HP), teve seu código liberado em acesso aberto em 2002 (Shintaku; Vechiato, 2018). A versão mais recente, DSpace 8, foi lançada em 2024. Entretanto, a Biblioteca Digital do Iphan utiliza a versão 7, lançada em 2021. Esta versão trouxe melhorias significativas, como uma nova interface para os usuários, tradução dinâmica da interface, caixa de pesquisa projetada, e filtros expansíveis e pesquisáveis, entre outras atualizações (Lyris, 2024).

O software DSpace permite a realização de diversas funções, tais como: organizar/migrar/compartilhar os itens – registro mais arquivo(s) – de coleções; editar os itens, as comunidades e as coleções; criar grupos de usuários para visualizar itens e comunidades/coleções; criar um fluxo de trabalho em que qualquer usuário possa depositar, mas havendo uma curadoria – aceitar/rejeitar ou aceitar/rejeitar/editar –; restringir acesso ao arquivo e deixar visível somente o registro; criar versões do mesmo registro; visualizar estatística dos itens; tornar privado e/ou retirar itens em vez de apagar; e supervisionar o fluxo de trabalho com indicação do estado da submissão – workflow ou workspace – juntamente com a visualização do submetedor. Ou seja, é possível utilizar o DSpace para construção além de repositórios, dependendo do planejamento de seu uso.

Na comparação do DSpace com outros softwares, o estudo de Lampert (2016) se destaca ao comparar o DSpace com o Archivematica na construção de repositórios digitais. Na análise comparativa, o autor aponta que o DSpace “[...] é uma solução voltada para acesso, disseminação e comunicação científica e acadêmica, [...] sendo mais adequado para a implementação de bibliotecas digitais e repositórios institucionais [...]” (Lampert, 2016, p. 151). Em contraste, o Archivematica

[...] foi desenvolvido para preservar, armazenar e dar acesso a objetos digitais [...] seu destaque é a preservação digital, uma vez que ao comparar as ferramentas, percebe-se que o armazenamento de documentos digitais é

equivalente nos softwares e o acesso via DSpace é melhor estruturado (Lampert, 2016, p. 151).

Já no estudo de Martins, Silva e Siqueira (2018), realizou-se uma comparação entre softwares livres para a criação de acervos digitais, incluindo DSpace, EPrints, Fedora, Greenstone e Islandora. Foram avaliadas dez dimensões, a saber: busca, navegação, organização, rotulagem e indexação, preservação digital, interoperabilidade, administração, colaboração e interação social, suporte e manutenção, e características gerais. Os autores destacam que “[...] o DSpace se sobressai em grande parte das dimensões” (Martins; Silva; Siqueira, 2018, p. 68). Contudo, eles também ressaltam que a relevância de certas dimensões pode variar de acordo com as necessidades específicas de cada gestor e as demandas de projetos individuais.

Além disso, Cunha e Vieira (2023) conduzem um estudo que examina o software DSpace, focando na organização da Arquitetura da Informação (AI) em programas de acesso livre, como Greenstone, DSpace, Omeka e Tainacan, utilizados na implementação de bibliotecas digitais. A pesquisa, de caráter documental e com uma abordagem quali-quantitativa, resultou na identificação dos elementos constituintes do sistema de organização da AI.

Blattmann e Weber (2008) relatam que o uso do DSpace oferece a viabilidade de gerenciar recursos digitais complexos, permitindo a coleta, indexação e distribuição de itens digitais no ambiente acadêmico. Eles descrevem que, para a utilização do software em organizações, devem ser seguidos os seguintes passos:

- 1) Definir a política interna e externa sobre as funções do repositório na organização;
- 2) Identificar a massa documental para o repositório;
- 3) Auto-arquivamento: os autores necessitam conhecer as maneiras de realizar o auto-arquivamento de seus trabalhos no repositório institucional;
- 4) Disponibilizar o conteúdo livre na internet da produção de caráter artístico, tecnológico, acadêmico, científico e cultural da organização;
- 5) Utilizar protocolos internacionais como o OAI-PMH e o Dublin Core para o tratamento da informação, para facilitar o acesso, recuperação, uso e disseminação da informação em provedores de serviços nacionais e internacionais;
- 6) Estimular o trabalho colaborativo e de auto-arquivamento dentro da organização;
- 7) Preservar o conteúdo digital da organização em formato de documentos digitais com a adoção do PDF/A;
- 8) Facilitar a recuperação da produção de caráter artístico, tecnológico, acadêmico, científico e cultural da organização;

- 9) Permitir a todo cidadão, inclusive ao portador de deficiência, o acesso às informações e serviços por meio da internet disponíveis no repositório da organização; e
- 10) Aumentar a visibilidade internacional à produção de carácter artístico, tecnológico, acadêmico, científico e cultural da organização (Blattmann; Weber, 2008, p. 471).

Blattmann e Weber (2008) também sugerem uma série de fases para a implementação do DSpace. A primeira fase refere-se ao planejamento do projeto; a segunda envolve a instalação e testes do DSpace; a terceira consiste na customização e personalização do sistema; a quarta abrange a alimentação e o uso do sistema; e, por fim, a quinta fase é dedicada à avaliação, sensibilização da comunidade interna e avaliação do uso (Blattmann; Weber, 2008, p. 477).

No que diz respeito ao gerenciamento e às práticas que envolvem bibliotecas digitais, Marques (2020) propõe uma série de ações a serem implementadas. Entre elas estão: a formalização de acordos de cooperação entre instituições para apoiar o desenvolvimento dos repositórios; a capacitação periódica dos diferentes públicos; a criação de tutoriais; a divulgação contínua do repositório; a participação em eventos da área; a configuração do fluxo de trabalho no DSpace; o gerenciamento e controle do mapeamento da produção científica (no caso de repositórios); a integração dos sistemas e a atuação em redes de colaboração.

No que se refere à qualidade da informação em bibliotecas digitais, o estudo de Maia, Coneglian e Shintaku (2023) apresenta os atributos para avaliar a qualidade da informação, a qualidade dos depósitos e um checklist de avaliação, uma vez que os documentos disponíveis nesses sistemas são acessados por inúmeros usuários que buscam, e esperam, informações de qualidade. Assim, o estudo mencionado serve como uma reflexão importante para o desenvolvimento de bibliotecas digitais.

3 METODOLOGIA

Devido à formalização do projeto por meio de um termo de execução descentralizado, o plano de trabalho estabelece metas, etapas, atividades, indicadores físicos e prazos [duração]. No âmbito deste projeto, já foram realizadas as seguintes etapas: (1) levantamento de informações sobre a produção de memória técnica; (2) instalação e customização inicial da Biblioteca Digital; (3) proposta de estrutura informacional – comunidades, coleções e metadados. As etapas ainda a serem

realizadas incluem: elaboração de políticas, capacitação da equipe e disseminação dos resultados da pesquisa.

Na primeira etapa, foi realizado o levantamento dos processos geradores de memória técnica, considerando que, dentro de uma organização, a informação pode atender a diversos níveis administrativos e ser classificada como potencial, mínima ou crítica. A informação potencial confere vantagem competitiva, enquanto a mínima está relacionada à gestão da organização, e a crítica à sua sobrevivência (Moresi, 2000). Nessa fase, a partir da consulta e análise da estrutura regimental, do regimento interno e da cadeia de valor do Iphan, identificou-se a memória técnica e a tipologia documental gerada pelas unidades do Instituto. No entanto, uma análise documental mais realista e factual foi possível a partir da análise dos arquivos compartilhados via Google Drive entre a equipe do Iphan e a equipe do Ibict. Com base nesses documentos compartilhados, foi elaborada uma planilha eletrônica contendo as seguintes colunas: pasta, entidade responsável do Iphan, tipologia documental, título do documento, outras informações e observações.

Na segunda etapa, referente à criação do modelo de biblioteca digital, foi realizada a instalação do DSpace 7, a customização inicial, a implementação da identidade visual e a proposta da estrutura informacional, envolvendo comunidades, coleções e metadados. A instalação do DSpace 7 foi efetuada em ambiente de testes no Ibict, com o objetivo de customizar e verificar as funcionalidades da nova versão. A versão inicial instalada foi a 7.4, que posteriormente foi atualizada para as versões 7.5, 7.6 e 7.6.1, devido à inclusão de novas funcionalidades ou à correção de falhas no sistema. Durante o período de testes, foram realizados depósitos/submissões para validar o funcionamento da plataforma.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação ao levantamento da memória técnica e da tipologia documental, a análise dos arquivos compartilhados no Google Drive, devidamente tabulados, abrangeu 700 documentos, dos quais foram identificados mais de 100 tipos diferentes. O Quadro 1 apresenta os 10 (dez) tipos documentais mais frequentes.

Quadro 1 – Os 10 tipos de documentos mais frequentes da memória técnica do Iphan

N.	Tipologia	Quantitativo	Porcentagem	Porcentagem acumulada
1	Relatório	105	15,22%	15,22%
2	Planta	64	9,28%	24,49%
3	Foto/imagem	54	7,83%	32,32%
4	Documento técnico	44	6,38%	38,70%
5	Parecer técnico	32	4,64%	43,33%
6	Mapa	30	4,35%	47,68%
7	Inventário	23	3,33%	51,01%
8	Planta de arquitetura	23	3,33%	54,35%
9	Ata de reunião	20	2,90%	57,25%
10	Nota técnica	18	2,61%	59,86%

Fonte: Pereira e Shintaku (2023, p. 19).

No Quadro 1, o tipo documental mais frequente foi o relatório, que se caracteriza como uma fonte de informação que apresenta resultados, processos ou descobertas de uma investigação ou estudo, expondo o desenvolvimento, desempenho e descrição de atividades (Dias; Pires, 2005). Contudo, é importante destacar algumas ressalvas em relação às tipologias documentais, pois o corpus de análise apresentou variações desses documentos. No caso dos relatórios, por exemplo, foram identificadas diferentes categorias, como relatório complementar, de atividade, de reunião, de trabalho de campo, de viagem, final, fotográfico e técnico.

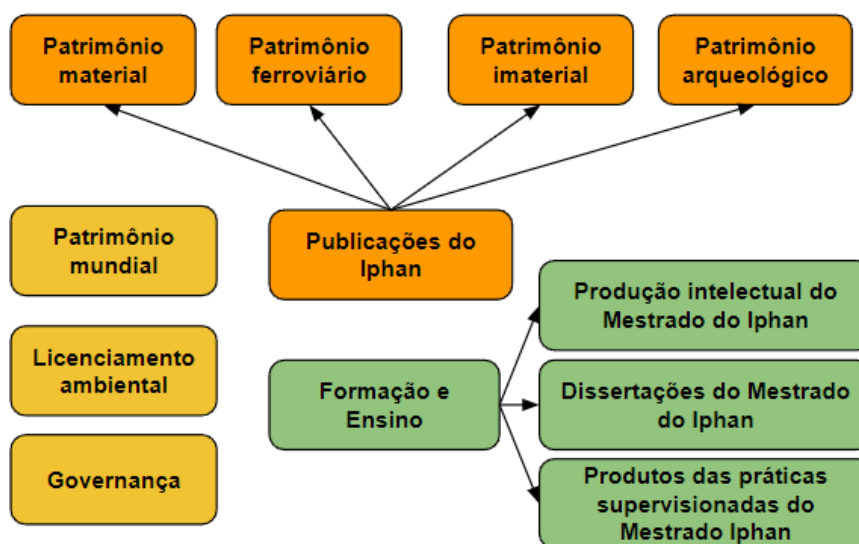
No processo de criação do modelo da biblioteca digital, foi utilizado o DSpace 7 como software de implementação, o que exigiu adaptações nos metadados, customização e implementação da identidade visual. No início do projeto, a versão utilizada era a 7.4, mas atualmente está em uso a versão 7.6.1, que inclui novas funcionalidades, como o gerenciamento em massa, sendo que, na versão 7.6, as submissões não eram concluídas corretamente.

Quanto à organização das coleções, o DSpace requer uma hierarquia: a maior unidade é denominada Comunidade, seguida pela Subcomunidade e, por fim, pela Coleção. Nesse sentido, foram sugeridas quatro possíveis estruturas (Pereira *et al.*,

2023, p. 33-36): (i) baseada nos livros do tomo; (ii) baseada na estrutura geral do Iphan; (iii) baseada nos órgãos e unidades do Iphan; e (iv) baseada nas temáticas centrais do Iphan.

Como o DSpace possui a função de mapeamento, que permite associar o mesmo item a diferentes coleções, optou-se por centralizar as publicações do Iphan em uma coleção principal e mapeá-las para as coleções temáticas, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Representação do mapeamento das coleções na Biblioteca Digital do Iphan



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 representa a estrutura de comunidades e coleções da Biblioteca Digital do Iphan, que poderá ser ajustada conforme as necessidades do Instituto. No entanto, é importante destacar que:

- A comunidade *Publicações do Iphan* centraliza todas as publicações editadas, publicadas e/ou distribuídas pelo Iphan e suas unidades.
- As comunidades *Patrimônio material*, *Ferrovário*, *Arqueológico* e *Imaterial* incluirão itens editados, publicados e/ou distribuídos pelo Iphan e suas unidades, além de agrupar materiais de outras fontes que se relacionem com as temáticas de cada coleção.
- As coleções *Patrimônio Mundial*, *Licenciamento Ambiental* e *Governança* agrupam materiais que, embora não sejam

necessariamente produzidos pelo Iphan, estão relacionados à temática do patrimônio cultural.

- A comunidade *Formação e Ensino* abrange as coleções referentes ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, oferecido pelo Centro Lucio Costa. Este centro é uma unidade especial do Iphan dedicada à formação interdisciplinar dos profissionais que atuam no campo da preservação do patrimônio cultural.

Quanto aos metadados, o DSpace utiliza o esquema de metadados Dublin Core, desenvolvido com base nos termos acordados na oficina organizada em 1995 pelo OCLC e pelo National Center for Supercomputing Applications (Tammara; Salarelli, 2008). Foram adotados dois tipos de formulários com esquema de metadados, conforme descrito em Pereira *et al.* (2023): um formulário aplicável a todas as coleções e outro específico para a coleção de dissertações. Este último foi pensado para possibilitar a integração futura com a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que possui seu próprio formulário para integração de metadados. Na época, como o acesso à BDTD estava indisponível, optou-se por adotar elementos da BDTD e da Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLT).

Ao começarmos a testar as submissões dos arquivos no antigo portal, que envolve a análise e o tratamento da informação, identificamos possíveis empecilhos, tais como:

- Obras do antigo portal sem identificação dos direitos sobre o arquivo/obra, tanto obras editadas pelo Iphan de parceria;
- Qualidade da obra, em que havia marcações ou sem capa;
- Obras sem a diagramação finalizada;
- Obras que estão em formato digital (pdf), mas que na ficha catalográfica remetem à obra física;
- Desconhecimento sobre a existência de autorização para compartilhar as dissertações do mestrado.

Assim sendo, com a implantação da biblioteca digital, iniciou-se a identificação de questões relacionadas tanto à editorial quanto aos direitos autorais e licenças para a divulgação de obras que já estavam disponíveis. A partir desse ponto, começaram as discussões sobre o desenvolvimento da política de desenvolvimento de coleções

digitais, a aproximação entre a equipe da biblioteca e a equipe da pós-graduação, e o debate sobre direitos autorais, além de outros dilemas relacionados ao sistema. Isso inclui a elaboração de um manual de uso, diretrizes para o preenchimento dos metadados, políticas de indexação, entre outras questões que possam surgir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta experiência, observa-se que instituições governamentais, especialmente aquelas que produzem informações, incluindo informações bibliográficas, devem adotar políticas que abordem questões editoriais, com ênfase em direitos autorais e licenças sobre as obras. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2023) estabelece, na NBR 6029, que desde a edição de 2006 e mantendo-se na edição de 2023, é recomendada a inclusão de informações sobre direitos autorais e direitos de reprodução em obras, como livros e folhetos.

O uso do DSpace para a implantação da biblioteca digital melhora consideravelmente a representação e a recuperação da informação, tanto dentro quanto fora do sistema, pois os metabuscadores, como o Google, indexam o sistema. Isso facilita a descoberta dos itens na Biblioteca Digital, promovendo a visibilidade do recurso informacional e do Iphan. No entanto, devido à falta de conhecimento da equipe da biblioteca sobre o termo de autorização para disponibilização das dissertações, os itens foram restringidos, embora os metadados/registros permanecessem de acesso aberto. Alguns usuários entraram em contato solicitando o acesso às dissertações, ressaltando a relevância dessa tipologia documental. Com o objetivo de preparar as dissertações para a integração da biblioteca digital com a BDTD, elas foram o primeiro tipo documental a ter a submissão finalizada.

Durante o andamento do projeto, foi realizada a capacitação/treinamento da equipe que trabalha na biblioteca sede do Iphan sobre o uso do DSpace. No entanto, é importante ressaltar que é necessário proporcionar uma fundamentação abrangente sobre a temática de bibliotecas digitais, metadados, direitos autorais, além de elaborar e implementar as políticas e manuais necessários para o gerenciamento eficaz da biblioteca digital.

Em relação aos desafios e inovações, destaca-se que a aplicação de tecnologias da informação e comunicação em ambientes institucionais envolve uma série de decisões que requerem trabalho colaborativo. Houve a instalação do DSpace 7.6.1 tanto no Ibict quanto no Iphan, visando à familiarização dos bibliotecários e da equipe de tecnologia da informação com o sistema. No entanto, o sistema no Iphan, por vezes, ficava fora do ar devido à falta de conhecimento técnico. Quando ocorrer o repasse completo do sistema, haverá um período de adaptação das equipes, que poderão recorrer ao Fórum do Ibict (2024) para esclarecer quaisquer dúvidas, tanto em relação ao uso quanto aos aspectos tecnológicos do DSpace.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029**: informação e documentação, livros e folhetos, apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

BLATTMANN, Ursula; WEBER, Claudiane. DSpace como repositório digital na organização. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 467-485, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/593>. Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. Governo digital. Perguntas frequentes. **O que é um governo digital?** Publicado em: 27 jul. 2023. Atualizado em: 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/estrategianacional/faq>. Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Portaria MCTI nº 7.054, de 24 de maio de 2023. Aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 99, p. 248-251, 25 maio 2023. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/05/2023&jornal=515&pagina=248>. Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. Serviços e informações do Brasil. **Dúvidas frequentes em relação ao Portal Gov.br**. Publicado em: 4 ago. 2021. Atualizado em: 6 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/por-dentro-do-govbr/perguntas-frequentes>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CAMPOS, Carlita Maria. **Fontes de informação especializada: características e utilização**. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CAMPOS, Carlita Maria. **Fontes de informação especializada: características e utilização**. 2. ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 1993.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Materiais não convencionais em bibliotecas especializadas: relatórios técnicos, teses e dissertações, normas técnicas e patentes. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 38-52, mar. 1982. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36406>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). Resolução CFB nº 240, de 30 de junho de 2021. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 127, p. 195, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/07/2021&jornal=515&pagina=195>. Acesso em: 4 ago. 2024.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Fontes de informação**: um manual para cursos de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

FREIRE, Cintia Augustinha dos Santos; MARTINS, Maria Madalena Schmid; TEIXEIRA, Mariana Franco. A ascensão do repositório digital aberto e curadoria digital. **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 84-103, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcbr/article/view/223>. Acesso em: 4 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Fórum do Ibict**. Disponível em: <https://forum.ibict.br/>. Acesso em: 12 set. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Portaria IPHAN nº 141, de 12 de dezembro de 2023. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 236, p. 31-48, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/12/2023&jornal=515&pagina=31>. Acesso em: 4 ago. 2024.

LAMPERT, Sérgio Renato. Os repositórios DSpace e Archivematica para documentos arquivísticos digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 143-154, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/718>. Acesso em: 12 set. 2024.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/4841>. Acesso em: 4 ago. 2024.

LYRISIS. Dspace 7.x documentation. Introduction. **Release notes**. Atualizado em: 9 jul. 2024. Disponível em: <https://wiki.lyrasis.org/display/DSDOC7x/Release+Notes>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MAIA, Maria Aniolly Queiroz; CONEGLIAN, Caio Saraiva; SHINTAKU, Milton. Estudo propositivo de modelo para avaliação da qualidade em depósitos de memória técnica em Biblioteca Digital implementada em DSpace. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 21, e023006, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8671927>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8671927>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MARQUES, Clediane de Araújo Guedes. Gerenciamento de repositórios digitais: apontamentos práticos para o desenvolvimento dos repositórios institucionais. **ConCI**: Convergências em Ciência da Informação, Aracaju, v. 3, n. 2, p. 135-162, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.33467/conci.v3i2.13438>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/13438>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MARTINS, Dalton Lopes; SILVA, Marcel Ferrante; SIQUEIRA, Joyce. Comparação entre sistemas para criação de acervos digitais: análise dos softwares livres DSpace, EPrints, Federa, Greenstone e Islandora a partir de novas dimensões analíticas. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 52-71, mar./ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v9i1p52-71>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/134333>. Acesso em: 12 set. 2024.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/895>. Acesso em: 4 ago. 2024.

PEREIRA, Fernando de Jesus *et al.* **Relatório parcial de acompanhamento da meta 2**: criação de modelo de Biblioteca Digital para o Iphan. Brasília: Iphan, 2023. Disponível em: <https://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/book/274>. Acesso em: 4 jul. 2024.

PEREIRA, Fernando de Jesus; SHINTAKU, Milton. **Relatório de acompanhamento da meta 1**: levantamento do contexto da pesquisa. Brasília: Ibict, 2023. Disponível em: <https://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/book/230>. Acesso em: 4 ago. 2024.

ROZA, Rodrigo Hipólito. O papel das tecnologias da informação e comunicação na atual sociedade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 49, n. 1, p. 67-75, jan./abr. 2020. DOI: Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4755>. Acesso em: 4 ago. 2024.

SANTOS, Rayane Soares de Sousa; BRENNAND, Edna Gusmão de Góes. Documentos digitais e direitos autorais: reflexões na Biblioteca Digital Paulo Freire. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 65-83, ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13421>. Acesso em: 4 ago. 2024.

SAYÃO, Luis Fernando. Bibliotecas digitais e suas utopias. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 2-36, ago./set. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2661>. Acesso em: 4 ago. 2024.

SHINTAKU, Milton; VECHIATO, Fernando Luiz. História do uso do DSpace no Brasil com foco na tecnologia. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 2, n. 1, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2018v2n0ID13097>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/13097>. Acesso em: 4 ago. 2024.